

# **SOCIEDADES MULTICULTURAIS E A FORMAÇÃO DE TERRITÓRIOS DE SOCIABILIDADES NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO**

CIBELE MARIANO VAZ DE MACÊDO\*  
REGINA GLÓRIA NUNES ANDRADE\*\*

*Resumo: este artigo surge da expansão da pesquisa sobre identidade cultural realizada, desde 2004, no território da Mangueira, na cidade do Rio de Janeiro que, neste momento, se amplia para o território da Cinelândia. Pretende-se, com ele, refletir sobre como o caráter multicultural das sociedades contemporâneas influencia e enriquece a formação da sociabilidade nos territórios da cidade.*

*Palavras-chave: Território. Sociabilidade. Sociedade. Multicultural. Cinelândia.*

**E**ste artigo surge da expansão da pesquisa sobre identidade cultural realizada, desde 2004, no território da Mangueira, na cidade do Rio de Janeiro – cujos resultados estão disponíveis no livro *Território verde e rosa: construções psicossociais no Centro Cultural Cartola* – que, neste momento, se amplia para outro território da cidade, a Cinelândia.

O objeto deste artigo, a Cinelândia, foi escolhido por se tratar de um território que foi palco de momentos significativos na história cultural e política da cidade do Rio de Janeiro, desde o período colonial e principalmente na Primeira República, característica que preserva até a atualidade,

sem o glamour desses períodos, mas ainda viva em significado para aqueles que de alguma forma se relacionam com esse território.

A complexidade tem sido a característica central das produções teóricas contemporâneas em seus esforços para compreender/explicar a realidade. Paradigmas de diferentes campos de estudo têm sido questionados, revistos e até negados. Desse modo, considera-se o fato de que a sociedade contemporânea é inescapavelmente multicultural, o que a caracteriza como plural, e exige o reconhecimento de diferenças culturais que permitam o diálogo e a compreensão do outro.

A questão multicultural implica na necessidade de apreender a sociedade enquanto constituída de identidades plurais, a partir das diversas raças, gêneros, padrões culturais e classes sociais, por exemplo. O que a torna heterogênea, na qual “[...] a diversidade, a descontinuidade e a diferença são percebidas como categorias centrais [...]” e a identidade percebida “[...] como descentrada, múltipla e em processo permanente de construção e reconstrução [...]” (CANEN; OLIVEIRA, 2002, p. 61).

O objetivo deste artigo foge ao que está comumente relacionado às sociedades multiculturais, isto é, a diferença vista pelo viés do preconceito ou da desigualdade, pretende-se, ao contrário, refletir sobre como o caráter multicultural influencia e enriquece a formação da sociabilidade nos territórios das cidades.

## AS SOCIEDADES MULTICULTURAIS CONTEMPORÂNEAS

A pluralidade cultural das sociedades contemporâneas tem tornado-se cada vez mais evidente e tem, consequentemente, ocupado lugar central nas discussões acadêmicas, políticas e sociais. Ela surge como resultado de uma reconfiguração estratégica das forças e relações sociais no mundo todo (HALL, 2003).

A existência de sociedades multiculturais não é recente. Desde o Século XV, antes da expansão européia – intensificando-se com ela – migrações e deslocamentos de povos sempre ocorreram e contribuíram para a produção de sociedades étnica e culturalmente diversificadas. Dessa forma, Hall (2003) destaca que, os impérios, resultado de conquista e dominação, assim como as colonizações, podem facilmente ser descritos como multiculturais.

O autor acredita ainda que haja uma relação direta entre o ressurgimento da “questão multicultural” e o fenômeno do “pós-colonial”. Para ele:

*o ‘pós-colonial’ marca a passagem de uma configuração ou conjuntura histórica de poder para outra [...] No passado, eram articuladas como relações desiguais de poder e exploração entre as sociedades colonizadoras e as colonizadas. Atualmente, essas relações são deslocadas e reencenadas como lutas entre forças sociais nativas, como contradições internas e fontes de desestabilização no interior da sociedade descolonizada, ou entre ele e o sistema global como um todo (HALL, 2003, p. 56).*

A discussão da questão multicultural encontra-se presente nas artes, nos movimentos sociais e políticos e até mesmo no campo educacional e aponta para “[...] o reconhecimento da diferença, o direito à diferença [...]” (GONÇALVES; SILVA, 2003, p. 109). O destaque dado ao tratamento diferencial da questão multicultural sugere a essencialidade da diferença na definição da democracia como um espaço heterogêneo por natureza, o qual deve ser capaz de encontrar formas de manifestação pública da diversidade cultural (HALL, 2003).

Nas sociedades democráticas, a questão multicultural evidencia a discussão entre pluralismo e universalismo. O dilema moderno das sociedades multiculturais encontra-se justamente no reconhecimento da diferença. Nesse sentido, Gonçalves e Silva (2003) destacam que como as identidades

foram tratadas e continuam sendo demonstram como as sociedades lidam com a questão multicultural. Nas sociedades nas quais há aceitação, “[...] por meio do princípio da liberdade, os indivíduos são livres para construir suas identidades, fazer escolhas de suas pertinências sociais, políticas e culturais [...]” (HALL, 2003, p. 117).

Em tais sociedades os cidadãos “[...] declaram não uma identidade primordial, mas uma escolha de posição do grupo ao qual desejam ser associados [...]” (HALL, 2003, p. 67). Ao mesmo tempo, provocam uma desestabilidade cultural ao perturbarem a linguagem de “raça” ou “etnia”, pois as identidades se constituem na hibridização. Nesse sentido, Hall (2003, p. 80) afirma que:

*[...] o indivíduo é o que Taylor (1994) denominou ‘dialogico’ [...] no sentido de sua relação com outro fundamentalmente constitutivo do sujeito, que pode se posicionar como uma ‘identidade’ somente em relação com aquilo que a ele falta – seu outro, seu ‘exterior construtivo’. A vida individual significativa está sempre incrustada em contextos culturais e é somente dentro destes que suas ‘escolhas livres’ fazem sentido.*

Nesse sentido Hall (2003, p. 89) continua com seu argumento de como sujeitos e comunidades constituem o espaço social:

*O fato é que nem os indivíduos enquanto entidades livres sem amarras nem as comunidades enquanto entidades solidárias ocupam por inteiro o espaço social. Cada qual é constituída na relação com aquilo que é outro ou diferente dela própria [...] devemos nos perguntar se o maior reconhecimento da diferença e a maior igualdade e justiça para todos podem construir um ‘horizonte’ comum [...] a lógica política multicultural requer pelo menos duas outras condições de existência: uma expansão e radicalização cada vez mais profundas das práticas democráticas da vida social, bem como a contestação*

*sem trégua de cada forma de fechamento racial ou etnicamente excludente.*

Portanto, as sociedades multiculturais, para construírem-se a partir do respeito à pluralidade de vozes e histórias de identidade culturais, precisam, de acordo com Assis e Canen (2004, p. 710), “[...] incorporar perspectivas que valorizem a diversidade cultural e reajam contra preconceitos [...]”. O que seria justamente o foco do multiculturalismo, a tentativa de romper com a homogeneização cultural e encontrar formas para que a pluralidade cultural seja incorporada em espaços sociais também plurais, como as autoras concluem.

Na tentativa de esclarecer a complexidade dos termos Hall (2003, p. 52) propõe uma distinção entre o “multicultural” e o “multiculturalismo”:

*Multicultural é um termo qualificativo. Descreve as características sociais e os problemas de governabilidade apresentados por qualquer sociedade na qual diferentes comunidades culturais convivem e tentam construir uma vida em comum, ao mesmo tempo em que retêm algo de sua identidade ‘original’. Em contrapartida, o termo ‘multiculturalismo’ é substantivo. Refere-se às estratégias e políticas adotadas para governar ou administrar problemas de diversidade e multiplicidade gerados pelas sociedades multiculturais. É usualmente utilizado no singular, significando a filosofia específica ou a doutrina que sustenta as estratégias multiculturais.*

Diante da diferenciação proposta pelo autor convém destacar que há diversas sociedades multiculturais com características específicas, contudo todas têm em comum o fato de ser heterogêneas, o que evidencia o aspecto plural por definição do multicultural. A diversidade das sociedades tem sido cada vez mais designadas de híbridas. Um termo que para Hall (2003, p. 74) se refere à lógica cultural da tradução, como ele explica:

*O hibridismo não se refere a indivíduos híbridos, que podem ser contrastados com os 'tradicionais' e 'modernos' como sujeitos plenamente formados. Trata-se de um processo de tradução cultural, agonístico uma vez que nunca se completa, mas que permanece em sua indecidibilidade.*

O hibridismo indica o imensurável. No entendimento de Bhabha (1998), ele existe como um momento ambíguo de transição presente nas transformações sociais e sem garantias de como será o seu encerramento. Acompanha as dissonâncias apesar das relações de proximidade, as disjunções de poder a serem contestadas ou os valores éticos a serem traduzidos. “Todos negociam culturalmente em algum ponto do espectro da *différance*, onde as disjunções de tempo, geração, espacialização e disseminação se recusam a ser nitidamente alinhadas [...]” (HALL, 2003, p. 76).

Ribeiro (2005) faz referência a um multiculturalismo híbrido ou crítico, capaz de reconhecer além de sua especificidade, as particularidades das relações. Diante disso, o multiculturalismo pode se posicionar em oposição à perpetuação de dualismos, como negro e branco, e assim, contribuir para evitar preconceitos, que são dirigidos ao *outro* apreendido de forma estagnada e fixa. Como Hall (2003, p. 61) afirma: “Não se trata da forma binária de diferença entre o que é absolutamente o mesmo e o que é absolutamente ‘Outro’. É uma ‘onda’ de similaridades e diferenças, que recusa a divisão em oposições binárias fixas [...]”.

Para Assis e Canen (2004, p. 721) o multiculturalismo crítico enfoca a questão da identidade e a entende como resultado de construção constante, provisória e aleatória nos encontros e desencontros culturais. E concluem: “[...] o multiculturalismo alerta para a necessidade de não se congelar identidades em torno de marcadores únicos, sob pena de homogeneização das identidades e de perpetuação de preconceitos [...]”.

Santos (2002) alerta, ainda, para a importância do enfoque nas diferenças dado pelo multiculturalismo não con-

tribuir para o isolamento de grupos, para a criação de guetos e para aumentar a fragmentação que se pretende, primordialmente, eliminar. Nesse sentido, seria necessário “[...] promover práticas discursivas que contemplem uma linguagem também híbrida, valendo-se de estratégias discursivas que possam ser ressignificadas em sínteses culturais criativas, singulares, locais, móveis e provisórias [...]” (CANEN; OLIVEIRA, 2002, p. 64). Assim, seria possível compreender, aceitar e integrar a mobilidade e a multiplicidade das identidades.

Arantes (2006, p. 431) destaca a visível revalorização da diversidade cultural. Como evidencia:

*Iniciativas de apropriação, reinterpretação, reabilitação e mesmo reinvenção de tradições são postas em prática por um número crescente de atores e grupos sociais e, ao mesmo tempo, tornam-se alvo de atenção de especialistas de publicidade e marketing em seus projetos visando à produção de mercadorias e negócios de inflexão cultural ou de valor cultural agregado.*

Passando ao contexto brasileiro, a reflexão sobre a sociedade multicultural no Brasil permite observar que ela “[...] se tornou híbrida na sua composição étnica [...]” (PACÍFICO, 2010, p. 96). O fenômeno migratório se deu com a chegada dos europeus, sendo a sociedade brasileira formada originalmente pelo índio nativo, o branco colonizador e o negro escravo.

Primeiro foram os portugueses, depois chegaram espanhóis, ingleses, holandeses, franceses, italianos, flamengos, irlandeses e alemães, que tinham autorização da coroa portuguesa para percorrer a costa brasileira como mercadores desde que pagassem dez por cento do valor das mercadorias comercializadas. Mais tarde chegaram os árabes, principalmente sírios e libaneses, e os japoneses, até a chegada de angolanos, colombianos e paraguaios em tempos mais atuais (PACÍFICO, 2010).

As migrações se deram por diferentes motivos, seja para fugir de perseguições nos países de origem ou mesmo

pela busca de melhores condições de vida e trabalho, “[...] o que caracterizou o Brasil como um país multicultural [...]” (PACÍFICO, 2010, p. 94). Sendo mais fácil compreender a construção de sentidos de um território levando-se em consideração a profunda marca deixada pelas migrações na experiência social, como Arantes (2006, p. 430-1) elucida:

*É oportuno incluir neste quadro geral os sentidos de lugar construídos nas cidades pela experiência de habitá-la, uma vez que não se vive em abstrato, mas em determinado tempo-espaço. E é nesse marco territorial, cultural e histórico – a cidade artefato – que os sentidos de localização e de pertencimento, assim como a consciência de si, são constantemente refeitos e acumulados ao longo do tempo [...] O sentimento de pertencer a coletividades nacionais, regionais ou locais assim como de ocupar posição reconhecível no mapa social ganham nova significação e importância, que se manifestam na construção de sentidos de lugar e incluem demandas de natureza patrimonial.*

Nesse sentido, Rocha e Eckert (2006, p. 460) afirmam que “[...] a cidade é o contexto vivido com a pluralidade de alteridades, com aquele que eu não conheço, mas que não é excluído [...]”. Portanto, a cidade constitui-se enquanto território de pertença, que necessita ser experienciada na relação com o outro. “O nosso eu interior descobre seu lugar no mundo ao participar da identidade de uma coletividade. Toda identidade é concretizada por meio da participação na cultura [...]” (ROCHA; ECKERT, 2006, p. 466).

Sendo assim, as questões multiculturais de luta por uma reformulação da memória, de preservação da identidade e da diferença individual e social ficam evidentes em territórios de sociabilidade em cidades multiculturais como apresentado a seguir.



## CIDADE: TERRITÓRIO MULTICULTURAL DE SOCIABILIDADES

O processo de sedentarização fez com que o homem estabelecesse uma nova forma de relação com a natureza, quando se tornou necessário dominar permanentemente o território a ser cultivado, e assim, deu-se início ao processo de nascimento das primeiras formas de cidade. Momento em que já se encontravam presentes a preocupação com a organização social, a gestão da produção e do poder, a conquista territorial e a produção de mitos e símbolos (ROLNIK, 2004). Como Carvalho (2007, p. 8) expõe:

*O homem ao tomar posse de um território, ocupa não somente o espaço de terra, nele constrói sua sociedade, constrói sua cidade, casas e seus monumentos, delimita os espaços, edifica também seu modo de vida, constrói sua cultura, exprime seus saberes, constrói sua identidade e deixa registrada a sua história, sua memória guardada através dos tempos.*

Nesse sentido, a criação das cidades visou satisfazer às necessidades das pessoas que as habitavam, possibilitando um viver junto, uma organização comunitária e viabilizando o comércio, a administração, a indústria, as atividades culturais, sociais, religiosas e educacionais. De acordo com Andrade (2003), tais fatores ainda exercem a atração das pessoas pelas cidades.

A multiplicidade, a diversidade e a coexistência sempre deram o tom da cidade. Desde a Antiguidade a imagem da cidade reflete o diverso, local onde se experiencia o múltiplo (VAINER, 1998). Sendo a cidade caracterizada por suas mais diversas atividades culturais e seus monumentos, a sua apreensão passa pela percepção das formas de movimentação dos indivíduos entre espaços, códigos e mundos de orientações singulares. De Certeau (2008, p. 172) descreve a pluralidade da cidade, ao afirmar não ser possível aproximá-la de seu con-

ceito, pois “[...] planejar a cidade é ao mesmo tempo pensar a própria pluralidade do real e dar efetividade a este pensamento do plural: é saber e poder articular [...]”.

A formação socioespacial da cidade dá-se de acordo com aspectos econômicos e políticos, isto é, em consonância com as características de cada momento da disposição social (ABREU, 2008). Logo, as configurações geográficas, naturais, sociais e humanas e cada momento histórico interferem na formação da cidade. Desse modo, Rezende (1982) destaca que a cidade é o resultado inacabado e em mutação da mediação de estruturas sociais, econômicas e políticas. Portanto, para pensar a cidade e seu cotidiano torna-se necessário pensar os aspectos culturais inerentes a ela (ANDRADE, 2003).

Para Santos (1997, p. 26), “[...] o espaço é uma realidade relacional: coisas e relações juntas [...]”, isto é, o espaço encontra-se vinculado ao sistema social desenvolvido pela sociedade que o habita. No mesmo sentido, Rezende (1982) lembra que a apropriação do espaço urbano ocorre em concordância com o modo de produção dominante. De tal modo, Abreu (2008, p. 31) elucida:

*O espaço reflete, a cada momento, as características do novo momento de organização de uma sociedade, a ordem espacial de uma cidade, ou seja, sua estrutura urbana refletirá também o resultado do confronto, reajuste ou recomposição dos sistemas que constituem a sociedade [...] se os processos sociais dão ao espaço uma forma, uma função, uma significação social, este também influencia o desenvolvimento desses mesmos processos no decorrer do tempo, institucionalizando-os ou modificando-os.*

O espaço transforma-se radicalmente com a passagem da vila medieval para cidade. Ele passa a ser mercantilizado e dividido por classes sociais. Assim, a cidade estabelece-se em função do mercado e a redefinição do espaço ocorre no sentido de valorizar atributos resultantes de investimentos em infraestrutura (ROLNIK, 2004). Apesar disso, há a possibili-

dade de circular por toda a cidade, independente de classificações sociais ou econômicas.

De Certeau (2008) assegura que a cidade organiza-se por ações especulativas e classificatórias, ao constituir o espaço combinando propriedades estáveis, isoláveis e articuláveis, por meio de gestão e eliminação. A cidade promove uma diferenciação e uma redistribuição do espaço e nega tudo o que considera intratável na concepção de uma administração funcionalista.

A cidade moderna, para Velho (1995), reinventa-se constantemente e fabrica realidades e processos de diferenciação. Consequentemente, surge uma multiplicidade de estilos de vida até então inexistentes. Nesse sentido, Vainer (1998) acredita que a cidade admite e, mais que isso, ela produz a heterogeneidade por ser característica útil ao seu funcionamento e, por ser ainda, resultado de processos sociais historicamente instituídos.

Desde a Idade Média, a cidade exerce forte função cultural, responsabilizando-se pela educação, a arte, o teatro, a polidez, os costumes e a elegância. Observa-se que os espaços culturais, propiciadores de sociabilidade variaram no decorrer da história. De espaços públicos a espaços privados, das ruas e praças aos cafés, teatros e cinemas.

Maia e Krapp (2005) destacam que análises tradicionais relacionadas às cidades enfatizam as relações no eixo pecuniário em detrimento do espaço da vivência do cotidiano, onde se constroem múltiplos encontros e desencontros. Como delineiam:

*[...] onde se pode construir, por sua força simbólica, um novo mapa para um lugar. Essa cartografia simbólica não é criada nas pranchetas dos urbanistas ou nos processos de racionalização dos espaços, que determinam os lugares para os ricos e os pobres ou para os negros e os brancos (MAIA; KRAPP, 2005, p. 36).*

175 Na cidade vista desse ângulo, continuam os autores, em seus mistérios, tradições e parcerias, histórias cotidianas

constroem-se e homens comuns tornam-se atores sociais, o que possibilita compreender as diversas sociabilidades constituídas na cidade. Desse modo, Maia e Krapp (2005) asseguram que, são os fatos cotidianos que estabelecem a consciência de um território. Conseqüentemente, as práticas culturais influenciam a construção da identidade dos habitantes da cidade, sendo possível, por meio delas, estabelecer formas de reconhecimento e distinção (SANTOS, 2002).

Há uma ligação entre espaço e sociabilidade, na qual as relações criam territórios originais, que se formam constantemente pela dinâmica das interações. De tal modo, as cidades constituem-se por meio de “[...] jogos interacionais, elaborados a partir dos encontros banais entre os indivíduos, enfim, pelos cidadãos que tecem histórias cotidianamente [...]” (MAIA, 2005, p. 77). Contexto no qual se evidencia a construção de uma identidade cultural.

Nos territórios da cidade, as histórias cotidianas funcionam como resistências à celeridade contemporânea, de tal forma que, “[...] se inscrevem no mundo para ancorar o presente no espaço social [...]” (MAIA, 2005, p. 35), e seu personagem – o homem comum – adquire força expressiva e elege lugares para partilhar estilos de vidas plurais, como Maia e Krapp (2005, p. 34) ressaltam:

*[...] a experiência de viver em uma metrópole como o Rio de Janeiro nos faz lembrar a cada momento que adquirimos, assumimos e transmitimos determinados estilos de vida no cotidiano da cidade, na experiência que é compartilhada em espaços materiais da urbe. As trocas simbólicas estão em toda parte – nos personagens que habitam o centro da cidade, na praia demarcada por estilos de vida, na chuva de papel picado do réveillon. E na aceleração da contemporaneidade, ainda assim, não deixa de permear esses espaços de troca – muitas vezes ajudando a consolidá-los.*

Maia (2005, p. 77) acrescenta que a cidade compartilhada idealiza, concebe e fabrica histórias que a identifica,

que lhe concede “[...] este charme dos lugares ou esta energia emanando de determinados locais e que pode circular em bairros específicos produz a vontade de se preservar todos os acontecimentos locais, por mais banais que possam ser considerados [...]”.

O ato de partilhar do espaço da cidade gera a sociabilidade, nos termos de Maffesoli (2006), entendida como relativismo do viver e por tudo que compõe o cotidiano, grandes ou pequenos acontecimentos. Para o autor, os *hauts lieux*, lugares onde se celebram encontros, tornam-se pontos de união entre os sujeitos que por ali passam.

Nesse sentido, a organização da vida social da cidade, marcada pelos grupos que inscrevem suas histórias em determinados lugares da cidade, está imbricada com a natureza da cidade e por isso, chama atenção daqueles que pretendem compreender a complexidade do funcionamento e das trocas feitas nas cidades, principalmente em sociedades multiculturais como a do Rio de Janeiro, abordada a seguir.

## A SOCIABILIDADE DA SOCIEDADE MULTICULTURAL CARIOCA

Fundada em primeiro de março de 1565, a cidade do Rio de Janeiro foi a capital do Brasil entre os anos de 1763 e 1960. Até 1950, foi a cidade mais populosa do país, concentrou as principais indústrias e atraiu imigrantes brasileiros e estrangeiros (ABREU, 2008). Entretanto, conforme Rolnik (2004) descreve, em meados do século XIX a cidade conservava características de uma cidade colonial.

Em 1808, a chegada da família real iniciou um longo processo de transformações sociais e políticas. Lima (2000) relata que a chegada da Corte, encontrou o Rio de Janeiro em meio às reformas da vida social e ocasionou outras tantas mudanças nos espaços públicos, ampliando usos e promovendo diferenciações, como as diferenças sociais que se evidenciaram a partir desse período.

No ano de 1821, um ano após a independência do país e treze anos após a chegada da família real, o Rio de Janeiro foi descrito por Abreu (2008) como uma cidade modesta, ainda com feições coloniais, cuja área urbana se restringia ao que atualmente corresponde às regiões administrativas do Centro e Portuária.

Encurralada entre mar e montanhas, de clima quente-úmido e pouca circulação de ventos o Rio de Janeiro era considerado uma cidade inóspita e insalubre. Paiva e Sodré (2004, p. 76) relatam que a cidade “[...] cresceu, roubando espaço às águas e subindo morros [...]”. Relato que ressalta que as condições espaciais antecedem o funcionamento econômico e social da cidade e provocam uma trama complexa entre território e identidade.

Em meados do século XIX, o Rio de Janeiro passou por um processo de expansão que afetou sua geografia, sua história e suas redes de sociabilidade. Conforme Abreu (2008) destaca, a cidade, beneficiada por ações do poder público, passou a ter ruas da área central calçadas com paralelepípedos, iluminação a gás, e serviços de esgotos sanitários, sendo a quinta cidade do mundo a contar com tais serviços.

Ao final do século XIX a economia do Rio de Janeiro assistia a propagação das fábricas, o fim da escravidão, o declínio do café e um crescimento populacional impulsionado pela chegada de estrangeiros, principalmente italianos, espanhóis e portugueses (Rolnik, 2004). Momento em que a burguesia carioca e os governantes empenharam-se no projeto de urbanização da cidade, inspirados nos processos de modernização deflagrados em grandes cidades do mundo. Costa (2005) ressalva que as classes dirigentes, seguiam a tendência da burguesia francesa, e cobravam dos administradores uma cidade limpa, bela e livre da sujeira dos maus hábitos de seus habitantes. Foram empreendidas reformas urbanas e de costumes<sup>1</sup>.

O desejo de tornar a cidade moderna e grandiosa, assim como era Paris, a principal inspiração, fez com que a

burguesia e os governantes se mobilizassem na realização de obras de saneamento, demolições, calçamentos, desmontes de morros, aberturas de avenidas e construção de monumentos. Lima (2000) elucida que a intervenção do governo no espaço público provocou alterações no espaço social.

Momento em que ocorreu uma ampliação do uso do espaço público. O uso de ruas e principalmente de praças, que assim adquiriram identidade relativa ao ambiente e a arquitetura em que estavam contidas “[...] no imaginário dos habitantes das cidades, fossem eles aristocratas, comerciantes ou escravos, concebiam-se interrelações entre praças, ruas, largos [...]” (LIMA, 2000, p. 19). De tal forma, que praças e ruas exerceram grande papel na formação da imagem e na construção da história cultural do Rio de Janeiro. Sendo o seu uso revestido de práticas simbólicas, com sentidos que vão além do que possa ser percebido com um olhar superficial, como a autora explica.

Nesse sentido, praças e ruas ostentavam a função de pólos de lazer. Em seus teatros, cinemas<sup>2</sup>, passeios e jardins os cidadãos inseriam-se na vida pública, como Lima (2000, p. 20) conclui: territórios que se tornaram “[...] local de encontro e de troca de sociabilidade [...]”. A sociedade desfilava nos camarotes e *foyers* das casas de espetáculos, assim como, nas praças e passeios as últimas tendências da moda e dos costumes. Territórios que assistiam de bailes e festas de associações às manifestações políticas e debates acadêmicos, “[...] as praças simbolizaram o próprio palco para eventos políticos e culturais, para onde convergia parte da população [...]” (LIMA, 2000, p. 25).

Esses lugares contribuíram para que a burguesia carioca abandonasse os salões coloniais para expandir sua sociabilidade pelos espaços públicos, ao mesmo tempo em que permitiu que a classe trabalhadora, ex-escravos e imigrantes também circulassem por lá expandindo sua sociabilidade e dando os primeiros passos na construção não só de uma sociedade multicultural, mas de territórios nos quais a questão multicultural se evidenciava.

## CINELÂNDIA: TERRITÓRIO CULTURAL E CENÁRIO DE UM SONHO

O Rio de Janeiro, desde seus primórdios constituiu-se como uma cidade polifônica, como Paiva e Sodré (2004, p. 17) elucidam: “[...] os gênios dos lugares e dos bairros podem agrupar-se em datas festivas ou em ritos de calendário, mas geralmente falam com vozes diferentes em suas caprichadas demandas [...]”. O que fica evidente no relato de Maia (2005, p. 79):

*É evidente que poderíamos denominar ou adjetivar alguns lugares que emanam uma ‘espécie de alma’ [...] justificativas ou explicações não são suficientes para explicar o desejo de se viver intensamente os encontros entre os homens, sem razão concreta, sem objetivos. Algumas vezes alguns desses lugares se tornam mais excitados, mais iluminados ou mais frequentados [...] lugares de grande expressão cultural [...] O imaginário de festa permanente da Lapa, no centro da cidade; a pluralidade e encanto de Copacabana, cantada como Princesinha do Mar, na zona sul, especialmente na época do final do ano com a grande festa de Réveillon, e também são marcante os encontros cotidianos das diversas tribos da conhecida praia de Ipanema, por onde circulou a famosa garota que virou musa para a canção traduzida em várias línguas pelo mundo. Esses são pontos de referência não apenas para o carioca, mas para todo o mundo. O que especialmente chama a atenção dos homens para esses lugares? Podemos afirmar que a resposta se concentra na capacidade de aglutinação que esses lugares possuem. Eles têm certo ‘espírito’ que a todos contamina.*

A sociabilidade sempre foi um marco da cidade. Paiva e Sodré (2004, p. 86) acreditam que essa *vocação* cultural esteja relacionada ao fato do Rio de Janeiro nunca ter sido, de fato, uma cidade industrializada “[...] com grandes fábricas e usinas capazes de preencher a paisagem com chaminés



enfumaçadas.”. Os autores complementam que a cidade soube aproveitar sua singularidade cultural transformando-a em negócios.

O processo de construção da Cinelândia, oficialmente denominada Praça Floriano, como território de sociabilidade foi disparado pela construção da Avenida Central, que transformou o antigo Largo da Mãe do Bispo no território cultural e político de maior destaque da República no início do século XX (LIMA, 2000).

Entretanto, a ocupação dessa área remete ao período colonial. Não havia completado cem anos da chegada de Cabral, quando foi construído, em terreno pantanoso, uma capela em homenagem à padroeira dos navegantes, Nossa Senhora da Conceição da Ajuda. Posteriormente, em terreno próximo à capela, foi construído o Convento da Ajuda, casarão grande e pesado com pequenas janelas, que abrigava as religiosas da Ordem de Santa Clara<sup>3</sup>, considerada a primeira comunidade religiosa feminina do país. Em seguida, construiu-se o Colégio São José e, posteriormente o Seminário São José (MÁXIMO, 1997). No terreno havia ainda pequenos comércios e artesãos instalados em casas térreas.

O local ficou conhecido como Campo da Ajuda ou Largo em frente da Ajuda. A construção de uma casa, na qual habitava a mãe do Bispo D. José Joaquim Justiniano de Mascarenhas Castelo Branco, Dona Ana Teodora Ramos de Mascarenhas, concedeu ao lugar o nome de Largo da Mãe do Bispo (LIMA, 2000). O que se deveu, de acordo com Máximo (1997, p. 47), ao fato de Dona Ana Teodora ter sido: “[...] mulher tão generosa quanto severa [...] Graças, porém, à sua austeridade, à sua personalidade forte, à sua energia de viúva habituada a tomar decisões, tornou-se uma espécie de autoridade oficiosa da localidade [...]”. Ela desempenhava papel de juíza, ao solucionar desavenças, fazendo surgir a expressão “vá se queixar com à mãe do bispo” (MARANHÃO, 2003, p. 15).

Posteriormente, em 1871, o Largo da Mãe do Bispo foi chamado de Praça São José. Em 1888, foi denomina-

do Praça Ferreira Viana. Somente, em 1910, recebeu o nome que ostenta até hoje, Praça Floriano, o local ainda abriga um monumento a Floriano Peixoto, esculpido por Eduardo Sá (LIMA, 2000).

O importante papel cultural do Largo da Mãe do Bispo teve início em 1865, quando foi inaugurado o Teatro Eldorado. Inicialmente foi chamado de Recreio do Comércio, mas o nome não se fixou. Posterior, foi reinaugurado com *Jardin de Flore*, depois Fênix Dramática, quando passou a ser uma das casas de espetáculos mais frequentadas da cidade. Por último, foi chamado de Variedades Dramáticas, até ser demolido para a abertura da Avenida Central (LIMA, 2000).

Desde esse período a Praça já representava um centro político-administrativo e cultural. Carvalho (2007, p. 1) declara: “A cidade do Rio de Janeiro foi por muito tempo a grande capital do país, sendo palco dos principais acontecimentos histórico, político, social e econômico.” Diante dessa informação, pode-se assegurar que grande parte de tais acontecimentos históricos ocorreram no território da Cinelândia, o que contribuiu para vincular seu território à formação da identidade do carioca.

Lima (2000) considera que Pereira Passos acreditava que uma praça pudesse simbolizar a nova ordem da República, localizada no final da grande avenida, fazendo a ligação entre o Centro e os bairros que começavam a surgir à beira-mar, um território da política e da cultura que atraísse a burguesia da época, um marco na história urbana da cidade. O que fica evidente na descrição da autora:

*A Praça significava não só o lazer e o espetáculo expressos pelo Teatro Municipal, mas também um espaço de decisões políticas. Às transformações urbanas e arquiteturas promovidas nas duas primeiras décadas do século viriam juntar-se profundas mudanças na sociedade carioca, que, a partir de 1925, presenciaria o nascimento da futura Cinelândia, espaço que,*

*na década de 1930, seria identificado definitivamente como a área de maior concentração de cinemas na Cidade* (LIMA, 2000, p. 185).

A praça tornou-se, então, uma área de enorme atrativo cultural, político e econômico, em seu território aconteceram eventos históricos marcantes para a formação da identidade cultural do carioca. Carvalho (2007, p. 49) ressalva que “[...] transformações vividas pela sociedade provocaram alterações morfológicas no espaço urbano e nas suas funções exercidas [...]”. Um território apreendido como o cenário de vivências que se entrecruzam, gerando uma sociabilidade baseada na possibilidade de circulação, troca e construção de subjetividades.

Prontamente, a Praça Floriano passou a receber grande circulação de pessoas, a burguesia ampliava sua sociabilidade das casas e salões para o espaço público. “A Avenida trouxe a eletricidade, o asfalto, o bonde elétrico, o cinema e o automóvel. Mudou a vida da Cidade. A família, que antes ficava em casa ou nas chácaras, começou a sair em busca de lazer [...]” (LIMA, 2000, p. 196). O cinema teve papel fundamental nesse momento de ampliação da sociabilidade do carioca.

Grande criação tecnológica do século XX, o cinema nasceu em Paris, em 28 de dezembro de 1895, quando fotos se moviam no cinematógrafo inventado pelos irmãos Lumière (ANDRADE, 2003). Em pouco tempo a invenção chegou ao Brasil, a primeira sessão aconteceu em oito de junho de 1896 e pequenos cinematógrafos se espalharam pela Avenida Central. Já em 1912 contavam-se 37 cinemas com 12.893 lugares (LIMA, 2000, p. 252). O cinema atraía pessoas de diversas classes, as pessoas iam ao cinema para ver os filmes e também para saber as últimas notícias da cidade, as novidades da moda. Ir ao cinema significa ver e ser visto.

Francisco Serrador Carbonell soube aproveitar esse poder de atração do cinema e realizar seu sonho. Nascido em

Valência, na Espanha, foi vendedor de peixes até quando soube que muitos conterrâneos seus estavam embarcando para o Brasil em busca de melhores oportunidades. Em 1887, desembarcou em Santos, mas as oportunidades não eram melhores que as da Espanha, então, decidiu ir para Curitiba, onde continuou vendendo peixes e com o tempo passou a promover eventos teatrais, circenses e esportivos (MÁXIMO, 1997; MARANHÃO, 2003).

Serrador era fascinado por jogos e entretenimentos, em 1902, inaugurou o Parque Coliseu, espaço com “[...] teatro de variedades, pista de patinação, gruta luminosa, pau-de-sebo, tiro ao alvo, carrossel [...]” (MÁXIMO, 1997, p. 66). A casa de diversões fez muito sucesso em Curitiba. Em 1904, comprou um projetor e passou a exhibir filmes. Logo que conheceu o cinematógrafo, Serrador soube que o cinema seria uma grande atração e um grande negócio.

A habilidade de Serrador para convencer pessoas a investirem em seus projetos o possibilitou levar o cinema de Curitiba para todo o estado do Paraná e, em 1906, para São Paulo, onde inaugurou o primeiro cinema da capital paulista, o *Bijou Théâtre*. Teve vários cinemas em todo o estado de São Paulo, quando em 1910, chegou ao Rio de Janeiro, ano que inaugurou seu primeiro cinema na Capital da República, o *Chantecler*. E foi na grande área entre o Teatro Municipal e o Palácio Monroe, ainda sem nenhuma construção depois da demolição do Convento da Ajuda que Serrador vislumbrou construir seu centro de entretenimento. Um projeto audacioso, como Máximo (1997, p. 75) descreve:

*[...] seu projeto inicial era muito ambicioso para a época: um quarteirão compreendendo três teatros, quatro cinemas com oitocentos lugares cada, um hotel, dezessete amplas lojas, um ringue de patinação, um moderno parque de diversões, nove ruas de acesso a ele, fonte luminosa, salas para escritórios e, por incrível que pareça, um imenso terraço ocupando toda a extensão dos prédios, para bares e restaurantes.*

Serrador conseguiu realizar seu sonho em proporções mais modestas, foram quatro cinemas, algumas lojas e salas para escritório. Entretanto, foi suficiente para o local ficar conhecido como Bairro Serrador, a *Broadway* Brasileira, para deslocar o centro de diversão e do comércio da Rua do Ouvidor para a *Terra do Cinema*, a Cinelândia, como é conhecida até hoje (MÁXIMO, 1997). Era para a Cinelândia que as pessoas iam, como Lima (2000, p. 262) descreve:

*[...] um domínio no qual a relação espaço-tempo era mais favorável para os transeuntes que passaram a entender a Praça dos Cinemas como um espaço delimitado, onde o cidadão imaginava-se integrado ao seu próprio cotidiano, como se estivesse em seu verdadeiro bairro [...].*

Lima (2000, p. 313) considera ainda que o sonho de Serrador, de modernizar a cidade pela diversão, foi responsável por construir a imagem da Cinelândia com o “lugar das trocas de sociabilidade”. Os cinemas criaram novos hábitos para cidade, sua projeção cultural resultou em um novo significado ao espaço público, que passou a mesclar pessoas circulando em atividades diversificadas. Lugar de encontro, onde homens e mulheres da burguesia e também pessoas de menos posses podiam ser vistos na praça, como Lima (2000, p. 262) relata: “[...] cada tipo de indivíduo apropriava-se diferentemente da imagem daquele espaço recém-transformado [...] os múltiplos usos que ali coexistiam não poderiam ter significados idênticos para cada usuário [...]”.

As calçadas da Cinelândia foram passarelas para o *flanêur*, as mesas dos cafés, bares e restaurantes foram palco para conversas sobre literatura, música, cinema, política, moda ou amenidades (MÁXIMO, 1997). A sociabilidade do Rio de Janeiro se desenvolvia em um novo espaço.

O apogeu da Cinelândia aconteceu entre 1925 e 1945 (LIMA, 2000), muitas forças levaram embora a magia do local. A morte de Serrador, em 22 de março de 1941, os tem-

pos de guerra, a transformação da relação dos cidadãos com o território, o crescimento da Zona Sul, com muitas atrações e principalmente com novos e modernos cinemas.

Mesmo tendo perdido seu caráter de pólo cultural, a Cinelândia nunca deixou de ser cenário de grandes manifestações populares. O desfile dos pracinhas antes de irem à Guerra, em 1944. O desfile dos campeões da Copa de 1958. A passeata dos Cem mil, em junho de 1968. Os desfiles das escolas de samba entre os anos de 1957 e 1962. Os comícios das Diretas já, em 1984. Os caras-pintadas, em 1992. Os desfiles do bloco de carnaval Bola Preta que acontecem desde 1950, que no último carnaval reuniu mais de um milhão de pessoas. E ainda, a movimentação diária de trabalhadores formais e informais, mendigos, protestantes, prostitutas e turistas que mantêm viva a Cinelândia.

A Cinelândia continua sendo palco de eventos e manifestações. A festa do centenário do Teatro Municipal, no dia 14 de julho de 2009, um grande palco foi montado na praça, pois o teatro ainda estava fechado para obras. O Rival recebe grandes nomes da música brasileira. O Bar Amarelinho reúne muitas pessoas em seu *happy hour*. A principal sede do Festival de Cinema do Rio, que acontece de 24 de setembro a 8 de outubro é o Odeon. E foi na Cinelândia que estudantes se reuniram para protestar contra a prova do ENEM, no dia 12 de novembro de 2010, o Governo do Estado do Rio de Janeiro organizou uma manifestação contra o corte nos *royalties* do petróleo em março de 2011, e no mesmo mês o Presidente americano Barack Obama fez um discurso no Teatro Municipal. A Cinelândia transformouse, porém permanece como um território de sociabilidades e ainda tem histórias para contar.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Portanto, como poderão ser reconhecidos o particular e o universal ou as pretensões da diferença e da igualda-

de? Este é o dilema, o enigma – a questão multicultural [...]” (HALL, 2003, p. 86). A questão proposta pelo autor exige uma reflexão que vai além do discurso comum, ela sugere a necessidade de novos argumentos que, concretamente, saibam lidar com as diferenças e as múltiplas camadas que perfazem a construção da identidade.

Pensar a questão multicultural, considerando as diferenças não como desigualdades, mas como um fator que enriquece a formação dos territórios de sociabilidades significa propor uma nova lógica multicultural. Dessa forma, territórios heterogêneos e plurais serão considerados fundamentais, neles as diferenças permanecem e contribuem para a construção de territórios de sociabilidades.

Os espaços públicos são os territórios de sociabilidades que mais se aproximam dessa proposta, como por exemplo, a Cinelândia, um caldeirão no qual quase tudo, para não dizer tudo, cabe e onde a diferença constitui fator de integração e de enriquecimento de sentidos e significados.

A Cinelândia transformou-se, a multiculturalidade de seu território apresenta outros tons, contudo as cores continuam vivas. O glamour de outros tempos expresso nos vestidos longos, chapéus e fraques, que flanavam pela praça ou frequentavam seus cinemas, cafés e teatros em contraste com os pés ainda descalços dos ex-escravos que os observavam, deu lugar aos transeuntes que frequentam feiras de livros usados ou artesanato de economia solidária, aos fãs que desejam ver e fotografar artistas hollywoodianos em eventos no Cine Odeon.

Do público que assistia ao cinema mudo ao público que assiste aos cultos protestantes, dos bombeiros que protestam contra o Governo ao Governo Estadual que protesta contra o Governo Federal, do protesto solitário do líder comunitário contra os gastos com carros de luxo dos vereadores ao discurso do Presidente americano. A multiculturalidade faz-se presente na Cinelândia, um território de sociabilidades que constrói sua história tal qual se costura uma colcha de retalhos: colorida, feita por dezenas de mãos, única.

## Referências

ABREU, M. de A. *A evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPP, 2008.

ANDRADE, R. *Personalidade e cultura: construções do imaginário*. Rio de Janeiro: Revan-FAPERJ, 2003.

ANDRADE, R.; VAZ, C. (Org.). *Território Verde e Rosa: Construções Psicossociais no Centro Cultural Cartola*. Faperj – Companhia de Freud, Rio de Janeiro, 2010.

ARANTES, A. A. O patrimônio cultural e seus usos: a dimensão urbana. *Rev. Habitus*, Goiânia, v. 4, n. 1, p. 425-435, jan./jul. 2006.

ASSIS, M. D. P. de; CANEN, A. Identidade negra e espaço educacional: vozes, histórias e contribuições do multiculturalismo. [artigo científico]. *Cad. Pesqui.*, São Paulo, v. 34, n. 123, Dezembro. 2004. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-15742004000300010-&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742004000300010-&lng=en&nrm=iso)>. Acessado em 07 Julho 2010.

BHABHA, H. K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: EdUFMG, 1998.

CANEN, A.; OLIVEIRA, A. M. A. de. Multiculturalismo e currículo em ação: um estudo de caso. [artigo científico]. *Rev. Bras. Educ.*, Rio de Janeiro, n. 21, Dezembro. 2002. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-24782002000300006-&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782002000300006-&lng=en&nrm=iso)>. Acessado em 07 Julho 2010.

CARVALHO, T. *Cinelândia: um conjunto histórico*. 2007. 227f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

COSTA, M. de F. T. *A cerca jurídica da terra na produção capitalista da cidade*. 2005. 279 f. Dissertação (Mestrado em



Direito da Cidade) – Faculdade de Direito, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

DE CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano: 1*. Petrópolis: Vozes, 2008.

HALL, S. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

LIMA, E. F. W. *Arquitetura do espetáculo: teatros e cinemas na formação da Praça Tiradentes e da Cinelândia*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2000.

MAIA, J. L. A. Michel Maffesoli e a cidade partilhada. *Revista Famecos*, PUC-RS, 2005, p. 77-85.

MAIA, J.; KRAPP, J. Comunicação e comunidade: novas perspectivas das sociabilidades urbanas. In: FREITAS, Ricardo F.; NACIF, Rafael. *Destinos da cidade: comunicação, arte e cultura*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2005. p. 31-45.

MAFFESOLI, M. *O tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades pós-modernas*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

MARANHÃO, R. *Cinelândia: retorno ao fascínio do passado*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2003.

MÁXIMO, J. *Cinelândia: breve história de um sonho*. Rio de Janeiro: Salamandra, 1997.

PAIVA, R.; SODRÉ, M. *Cidade dos artistas: cartografia da televisão e da fama no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

PACÍFICO, A. M. C. P. *O capital social dos refugiados: bagagem cultural e políticas públicas*. Maceió: EDUFAL, 2010.

REZENDE, V. *Planejamento urbano e ideologia: quatro planos para a cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

RIBEIRO, G. L. O mestiço no armário e o Triângulo Negro no Atlântico: para um multiculturalismo híbrido. [artigo

científico]. *Horiz. antropol.*, Porto Alegre, v. 11, n. 23, Junho 2005. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-71832005000100016-&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832005000100016-&lng=en&nrm=iso)>. Acessado em 07 Julho 2010.

ROCHA, A. L. C. da; ECKERT, C. A cidade e suas crises, o patrimônio pelo viés da memória: por que e como preservar o passado? *Rev. Habitus*, Goiânia, v. 4, n.1, p. 455-470, jan/jun 2006.

ROLNIK, R. *O que é cidade*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

SANTOS, B. de S. Os processos da globalização. In: \_\_\_\_\_. (Org.), *A globalização e as Ciências Sociais*. São Paulo: Cortez, 2002, p. 25-102.

SANTOS, M. *Metamorfose do espaço habitado*. São Paulo: Hucitec, 1997.

VAINER, C. B. Cidades, cidades e a utopia do reencontro: uma reflexão sobre a tolerância e urbanismo. *Cadernos IPPUR*. Rio de Janeiro. Ano XII, n. 1, 1998, p. 33-46.

VELHO, G. Estilo de vida urbano e modernidade. *Estudos Históricos*, v. 8 n. 16; *Cultura e História Urbana*. Rio de Janeiro, 1995, Ed. FGV, p. 227-2334.

## Notas

- 1 As contradições relacionadas a esse processo de desenvolvimento, como as questões entre classes sociais, a desapropriação de moradias e a consequente favelização de áreas da cidade, apesar do papel importante que ocupam na história do desenvolvimento socioespacial e na constituição da cidade, não serão abordadas neste trabalho. Para informações conferir Abreu (2008), Costa (2005) e Maiolino (2005).
- 2 O cinema tornou-se espaço de sociabilidade logo de sua criação na virada do século XIX para o século XX.
- 3 Há contradições em relação a data da construção do Convento da Ajuda. Lima (2000) afirma ser 1748. Enquanto Máximo (1997) e Maranhão (2003) relatam ter sido em 1750.

## MULTICULTURAL SOCIETIES: THE FORMATION OF SOCIABILITY TERRITORIES IN THE CITY OF RIO DE JANEIRO

*Abstract: This work is an extension of a former work in Cultural Identity done at the Mangureira territory, since 2004, now expanded to the Cinelândia territory. The objective is to depict how the multicultural character of a contemporary society may enrich the sociability of the city territories.*

*Keywords: Territory. Sociability. Society. Multicultural. Cinelândia.*

\* Doutoranda e Mestre (2009) em Psicologia Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Especialista em Psicoterapia de Criança, Casal e Família (2008), em Gestalt-terapia (2006) e Graduada em Psicologia (2003) pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Desenvolve pesquisa sobre território, socialidade e subjetividade. Contato: cibelevaz@gmail.com

\*\* Doutora em Comunicação Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1988). Pós-Doutora pela Université de Paris V- René Descartes (1992), pela Universidade Federal da Bahia (2000) e pela Universidade Federal Fluminense (2008). Professora Titular da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social – UERJ. Coordenadora do Projeto de Pesquisa Construções de cidadania, cuidado de si e saúde com jovens do CENTRO CULTURAL CARTOLA. E-mail: reginagna@terra.com.br